
Escavar o Chão da História: Lucas Alexandre Boiteux, o IHGSC e a Pequena Pátria Catarinense

Janice Gonçalves¹

Resumo: O artigo parte de duas noções empregadas pelo historiador Lucas Alexandre Boiteux – a saber, a noção de “escavação” e a de “pequena pátria” – para abordar seu papel na construção de uma narrativa histórica acerca de Santa Catarina, no contexto do período republicano e em íntima relação com a trajetória do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC). Destaca-se a indissociabilidade dessa narrativa com a expressão e a afirmação de um afeto cívico-patriótico por aquele estado do sul do Brasil, bem como uma marcante preocupação com a condição e o destino dos repositórios que continham as fontes consideradas primordiais para essa tarefa: os arquivos governamentais.

Palavras-Chave: Lucas Alexandre Boiteux. IHGSC. Historiografia.

To Dig the Ground of the History: Lucas Alexandre Boiteux, the IHGSC and the Catarinian Little Phomelan

Abstract: This article deals with two notions – the notion of “digging” and the notion of “little homeland” – that were employed by the historian Lucas Alexandre Boiteux. The intention is to approach his role on the construction of a historical narrative about Santa Catarina’s State (Brazil), in the republican context, and in connection with the activities of the Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC). That narrative cannot be separated of an expression and affirmation of a civic and patriotic affection by Santa Catarina (one of the States of Brazilian Republic, located in the South of the country). Also, that narrative includes a deep concern about the conditions and the future of government archives, that contained essential documents for the task of to write History.

Keywords: Lucas Alexandre Boiteux. IHGSC. Historiography.

Introdução

Há um pequeno texto de Walter Benjamin, inserido entre suas muitas “imagens do pensamento” (*Denkbilder*), que estabelece relação entre o ato de escavar e o acesso ao passado². Intitulado “Escavando e recordando”, o texto, restrito a um parágrafo, trata mais propriamente do passado pessoal, figurado de forma significativa em “imagens que, desprendidas de todas as conexões mais primitivas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos de nosso entendimento tardio, igual a torsos na galeria do colecionador.” A

¹ Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: janice.gnclvs@gmail.com.

² Os textos que compõem as “Imagens do pensamento” foram escritos entre 1925 e 1934 e publicados apenas postumamente (ARAÚJO, 2014, p. 247).

memória, neste texto, é considerada “o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas”; para Benjamin, “quem pretende se aproximar do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava” (BENJAMIN, 1987, p. 239).

Nesse escavar, não só o encontrado é importante: também o processo de escavação e todas as camadas perpassadas pela ação. Não só o achado, mas o lugar onde foi encontrado, seu contexto: “se ilude, privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho” (BENJAMIN, 1987, p. 239). O paralelo com o trabalho do arqueólogo é evidente. E como todo lugar, para ser alcançado, exige a passagem por outros, que com ele estabelecem diferentes relações de distância e correlações de sentido, é certo que “um bom relatório arqueológico deve não apenas indicar as camadas das quais se originam seus achados, mas também, antes de tudo, aquelas outras que foram atravessadas anteriormente” (BENJAMIN, 1987, p. 240)³.

Significativo, portanto, não é apenas o achado (ou o reencontrado); importa ainda considerar como, quando, onde e porque se deu; significativas são as interações entre o passado lembrado e o presente em que se lembra. Poderia ser o trabalho do historiador percebido como um trabalho de escavação?

Reinhart Koselleck utilizou a metáfora dos “estratos do tempo”, inspirada nas camadas geológicas e na história da Terra; com isso intencionou superar a representação do tempo quer como linha quer como círculo, uma e outra apresentando insuficiências. Ao propor tratar o tempo como uma composição de estratos, o historiador alemão buscou uma alternativa para pensar mais adequadamente o jogo de permanências e rupturas, repetições e singularidades, tradições e inovações que atravessa os processos históricos, em parte visibilizados nos “vestígios da experiência” (KOSELLECK, 2014, p. 20). Caberia aos historiadores examinar essas diversas camadas, os diversos estratos temporais, para perceber a densidade, a inter-relação e o nível de extravasamento de eventos e estruturas. Conforme Koselleck (2014, p. 44-45):

A multiplicidade de estratos temporais – o fato de que as experiências são únicas, mas, mesmo assim, se acumulam – sempre se traduz nos métodos que reconstróem os fatos e indagam como eles se tornaram possíveis. [...] Malgrado o fato de as justificativas últimas terem sofrido transformações fundamentais, seja pelos helenos,

³ Ressalto que são possíveis aproximações entre a perspectiva de Benjamin e a de Freud, que não somente na tarefa de interpretação dos sonhos como, de forma geral, na proposição dos procedimentos fundamentais da psicanálise, estabeleceu comparações com a escavação arqueológica. A esse respeito, ver Bevidas (2004) e Ferreira (2010).

romanos, cristãos ou, na modernidade, por pesquisadores que se veem como cientistas, a estrutura formal do processamento metodológico das experiências permanece a mesma. Ela se baseia na refração temporal de toda experiência primária, que – de forma mais ou menos consciente – é analisada para comparar o que é singular e o que é duradouro. Nisso residem os traços comuns mínimos de toda pesquisa histórica [...]⁴.

No texto de Benjamin, a memória é o meio onde estão “soterrados” os vestígios das vivências passadas, sendo de interesse compreender o quão profundamente estão alojados esses vestígios, e próximos ou distantes de quê. Já para Koselleck é o tempo histórico que se encontra em camadas e, se a operação historiográfica pode ser assimilada a uma investigação sobre níveis estratigráficos e suas interações, a ela caberia encontrar, sobretudo, os vestígios de experiências históricas breves ou duradouras, singulares ou plurais, únicas ou recorrentes.

É interessante notar que a associação entre investigação histórica e escavação está também presente nos escritos de um historiador especialmente dedicado à história de Santa Catarina, Lucas Alexandre Boiteux (1880-1966). Em seus trabalhos, porém, a metáfora não foi potencializada para uma reflexão teórica de fôlego, o que é compreensível, se considerado o seu perfil. No presente artigo, parto dessa peculiaridade – a imagem da investigação histórica como escavação –, para focar a construção de uma determinada narrativa histórica sobre Santa Catarina, nas primeiras décadas do período republicano, bem como suas conexões com um *locus* tornado privilegiado para a atividade historiadora: o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC).

Lucas Alexandre Boiteux: O Historiador como Escavador

Na família Boiteux, três irmãos – Henrique Adolfo, José Artur e Lucas Alexandre – dedicaram-se, cada qual à sua maneira, ao estudo e à escrita da história de Santa Catarina⁵. José Artur, mais voltado para o mundo da política – o que lhe garantiu a ocupação de vários cargos no governo estadual, desde o início da República –, foi um dos principais responsáveis pela criação do IHGSC, ocupando mais de uma vez as funções de presidente ou de 1º secretário, entre os anos de 1896 e 1930 (GONÇALVES, 2006, p. 362). As pesquisas de

⁴ Na edição brasileira do livro *Estratos do tempo*, o prefácio de Koselleck, datado de janeiro de 2000, indica terem sido os textos ali reunidos “elaborados ao longo das três últimas décadas”. Os capítulos aos quais me referi mais diretamente intitulam-se “Estratos do tempo” e “Mudança de experiência e mudança de método: um esboço histórico-antropológico”. Conforme a edição espanhola do mesmo livro, tais textos foram originalmente publicados, respectivamente, em 1995 e 1988 (KOSELLECK, 2001, p. 155).

⁵ Eram três dos nove filhos do casal Henrique Carlos Boiteux (de ascendência suíça e francesa) e Maria Carolina Jacques, ambos, por sua vez, de famílias de comerciantes. Filho mais novo, Lucas realizou seus estudos iniciais em Nova Trento, cidade catarinense onde nasceu, prosseguindo-os no Colégio São Luís Gonzaga, em Itu, estado de São Paulo, posteriormente concluindo-os no Ginásio Catarinense, na capital de Santa Catarina. Ingressou, em 1897, na Escola Naval, no Rio de Janeiro, desde então abraçando a carreira militar na Marinha (BOITEUX, 1998, p. 95; PIAZZA, 1985, p. 79).

Henrique estiveram mais relacionadas à história militar. Dos três, foi Lucas quem, não obstante suas produções relativas à história da Marinha – à qual esteve ligado desde a juventude, tendo chegado a almirante –, teve interesse em construir uma narrativa abrangente sobre Santa Catarina, em especial por meio de publicações como as *Notas para a história catarinense*, de 1912, ou a *Pequena história catarinense*, de 1920 (BOITEUX, 1998, p. 79-81).

Nas *Notas...*, aliás, pode ser encontrada uma das passagens em que Lucas Boiteux mobilizou a imagem da investigação histórica como escavação. Segundo ele, aquele livro era:

[...] resultado de alguns anos de trabalho na reunião de documentos e notícias acerca da história de nosso estremecido torrão natal. Fui vagarosamente compilando os apontamentos encontrados em escavações procedidas em várias épocas, e, hoje, apresento-os enfeixados em volume, julgando assim facilitar aos estudiosos o conhecimento da evolução histórica da terra catarinense nos seus quatro séculos de existência (BOITEUX, 1912, p. V, grifos meus)⁶.

Escavar, portanto, era equivalente à ação de pesquisar. Foi com esse sentido que, na mesma década de 1910, a imagem do historiador-escavador apareceu de forma recorrente em textos de Lucas Boiteux publicados na *Revista Trimensal do IHGSC*, entidade à qual era associado (foi, inclusive, seu presidente, entre 1914 e 1920). Em texto publicado em 1915, sobre João Dias de Solís, referiu-se às “inúmeras escavações procedidas por dedicados e incansáveis historiadores e cronistas” a respeito do tema que abordava (BOITEUX, 1915, p. 51). Nas edições da mesma revista relativas ao ano de 1918, a imagem se repetiu, em especial quando fez referências a Jacinto de Matos, pesquisador da história catarinense que lançara, havia pouco tempo, o livro *Colonização do Estado de Santa Catarina - dados históricos e estatísticos (1640-1916)*. A esse respeito, duas menções aparecem na edição do terceiro trimestre de 1918, em artigo intitulado “Comentários à História Catarineta”:

O ilustrado Dr. Jacinto de Mattos, aproveitando seus parques lazeres, vem, com rara operosidade, projetando luz sobre vários pontos obscuros e duvidosos da nossa história regional, como resultado de meticolosas escavações procedidas em os nossos, infelizmente, já desfalcados arquivos estadual, municipal e eclesiástico (BOITEUX, 1918a, p. 327, grifos meus).

No mesmo artigo, Jacinto de Matos e Henrique Fontes eram identificados pelo autor como “ilustrados escavadores da nossa história”⁷. Na continuação do texto “Comentários à

⁶ Nas citações das fontes, a ortografia foi modernizada. Para o melhor entendimento da discussão que se segue, cabe informar que, na publicação original, a palavra “escavações” foi grafada com x (excavações).

⁷ Também pode ser citado texto publicado anteriormente, na mesma revista, que, embora não seja assinado, foi muito provavelmente escrito por Lucas Boiteux: trata-se de nota bibliográfica sobre o já referido livro de Jacinto

História Catarineta”, publicada no quarto trimestre de 1918, ainda uma vez as pesquisas de Jacinto de Matos foram referidas por Lucas Boiteux, mas a imagem antes utilizada sofreu uma modulação: das escavações, passou-se a “preciosas exumações históricas” (BOITEUX, 1918b, p. 431)⁸. Finalmente, em texto publicado em edição da revista de 1919, sobre a Ponte do Vinagre, Boiteux alude às “várias escavações” que realizava “a respeito das coisas antigas da nossa Florianópolis” (BOITEUX, 1919, p. 76)⁹.

A sinonímia entre investigação e escavação não era, naquele momento, propriamente uma novidade, mas tinha dicionarização relativamente recente, como indica a consulta a alguns dicionários publicados entre o final do século XVIII e o final do XIX. No dicionário do padre Bluteau revisado por Antônio de Moraes Silva, publicado em 1789, para o verbo “escavar” são arrolados os seguintes significados: “fazer covas ao pé das vinhas, árvores d’espino etc, para ali se ajuntar água etc.”; “escarnar o dente, apartar a gengiva em redor para o limpar” (SILVA, 1789, p. 556).

O dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto, publicado em 1832, não vai além do que já era registrado no de Moraes Silva: escavar aparece somente como “fazer cova à roda do tronco da árvore etc, para ajuntar água” (PINTO, 1832). Mas o dicionário de Caldas Aulete, de 1881, registra, para o verbo “escavar” – grafado, porém, como “excavar”, tal como o utilizou originalmente Lucas Boiteux –, os sentidos figurados de “investigar, pesquisar”, com desdobramentos para “escavador” (grafado como “excavador”) e, por consequência, contemplando os sentidos de “investigador, pesquisador”¹⁰. São indícios de que o emprego dessas duas palavras, em alusão à atividade de pesquisa – como o fez Lucas Boiteux, nos anos de 1910 –, havia se disseminado entre as décadas de 1830 e 1880, a ponto de ganhar lugar em dicionário.

Algo semelhante ao que se observa com as palavras “escavação” e “escavador” ocorre com o termo “exumar”. Tanto no dicionário de Bluteau revisto por Antonio de Moraes Silva como no de Silva Pinto, a acepção era restrita ao ato de desenterrar um cadáver¹¹. Novamente, em Caldas Aulete (1881) se verifica uma mudança. Convém verificar suas definições para exumação e exumar (conforme o original, “exhumação” e “exumar”):

de Matos, autor então apontado como “paciente escavador”, que compulsara “cópia imensa de documentos esquecidos já em nossos confusos arquivos” (BIBLIOGRAFIA, 1918, p. 114).

⁸ Na publicação original, a palavra aparece grafada como “exhumações”.

⁹ Em todos os textos citados, as palavras escavação e escavador aparecem grafadas com x no lugar do s.

¹⁰ Nem no dicionário de Moraes Silva nem no de Pinto o termo “escavar” aparece grafado com x.

¹¹ Assinale-se que, para Silva (1789), a palavra aparece grafada como “exhumação” e, para Pinto (1832), como “exhumação”.

Exumação (e-zu-ma-ssão), *s.f.* ação de exumar, de desenterrar um cadáver.// (Por ext.) Escavação.// (Fig.) Investigação; descoberta (à custa de grandes trabalhos e pesquisas): Os eruditos, escavando no passado e ministrando os materiais das suas doudas *exumações*, tornaram experimental e indutiva a ciência do progresso. (Lat. Coelho)// F. *Exumar* + ão.

Exumar (e-zu-már), *v.tr.* desenterrar. // (Fig.) Tirar do esquecimento; descobrir à custa de trabalhos e investigações: Este historiador exumou grande número de documentos preciosos.// F. lat. *Exhumare*.

Os exemplos presentes nos verbetes do dicionário de Caldas Aulete são particularmente instigantes, pois o sentido figurado, relacionado ao trabalho de investigação (e ao ato de “tirar do esquecimento”), ou é remetido aos “eruditos” que investigam o passado ou aos historiadores que pesquisam “documentos preciosos”. Basicamente, o que está em questão são os estudos e pesquisas de caráter histórico.

Cabe aqui um complemento à discussão, proporcionado por texto de Henrique da Silva Fontes, publicado na revista do IHGSC em sua primeira fase (1902-1920)¹². Na edição de 1920, Fontes, por conta de polêmica em torno da data de criação da paróquia de Desterro, refere-se ao padre Paiva e a José Gonçalves como “dois cabouqueiros de nossa história” (FONTES, 1920, p. 117)¹³. Encontra-se assim outra palavra a associar a atividade de pesquisa à busca de algo que, para ser encontrado, exige grande esforço, pois não está visível em superfície nem é de fácil acesso. Note-se que, no dicionário de Caldas Aulete (1881), “cabouqueiro”, no respectivo verbete, é apenas definido como “o que abre cabouco”; “cavador”; “o que escava as pedreiras para delas tirar pedras”; “o que trabalha em rocha para abrir uma mina ou uma galeria subterrânea”. Porém, no verbete referente a escavador (“excavador”), o mesmo dicionário indica como sinônimo o termo “cabouqueiro”.

As menções ao cabouqueiro, definido ainda como indivíduo que trabalha em minas ou pedreiras, oferecem oportunidade para pensar em outra variante da imagem do escavador: a do garimpeiro. É uma imagem que pode ser encontrada, por exemplo, na publicação póstuma que reuniu textos de Lucas Boiteux relativos à participação catarinense, durante a segunda metade do século XIX, nos conflitos por ele denominados “guerras do Uruguai e do

¹² Henrique da Silva Fontes (1885-1966) era então Diretor da Instrução Pública, cargo que ocupou entre 1919 e 1926. Antes disso, foi professor e, em 1918, responsável pelo Serviço de Recenseamento Estadual. Foi ainda Secretário da Viação e Obras Públicas (1926-1929), Juiz e Procurador do Tribunal Eleitoral (1932-1934), Procurador Geral do Estado (1934-1937) e Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado (1937-1946) (JAMUNDÁ, 1970, p. 23-24). No IHGSC, foi o 1º. Vice-Presidente, entre os anos 1914 e 1930, assumindo a presidência da entidade em 1935, a qual deixou apenas ao morrer (GONÇALVES, 2006, p. 362-363).

¹³ Quanto aos referidos “cabouqueiros”: o padre Joaquim Gomes d’Oliveira Paiva, ou arcebispo Paiva (1815-1869), foi autor, entre outros trabalhos, de uma *Notícia Geral da Província de Santa Catarina*, editada postumamente (1873); José Gonçalves dos Santos Silva (1824-1871) escreveu *Cartas acerca da Província de Santa Catarina* e deixou inéditos os seus *Subsídios para a História da Província de Santa Catarina* (PIAZZA, 1981, p. 60-63).

Paraguai”. Com tais escritos, o autor afirmou querer “prestar serviço aos garimpeiros do nosso glorioso passado”, além de “uma simples, mas mui sincera, homenagem àqueles que com os olhos d’alma na ‘Santa terrinha’, selaram com seu generoso e nobre sangue o triunfo do Brasil” (BOITEUX, 1972, p. 21)¹⁴.

Vale refletir mais um pouco sobre o escavador e suas figuras complementares – o exumador, o cabouqueiro, o garimpeiro. O que estava enterrado sob o solo escavado? E que solo, enfim, era esse?

Em um plano mais geral, o terreno a ser escavado poderia ser interpretado como o próprio processo histórico que, sob o signo do tempo, soterraria os fatos na sucessão dos anos, das décadas e dos séculos. Mas, nas citações anteriores, é possível perceber, mais pontualmente, a estreita relação entre o solo aberto pela escavação e os arquivos vasculhados pelo historiador, repositórios dos mais antigos documentos referentes à história transcorrida em território catarinense. Para os historiadores que compunham o IHGSC, não só consultar tais documentos, mas igualmente zelar por sua preservação ou, não sendo esta possível, pela preservação das informações contidas na documentação (lançando mão de transcrições ou de edições), eram procedimentos inerentes às atividades dos que se lançavam ao estudo da História. Como afirmou Henrique da Silva Fontes, em 1913, em discurso no qual comentou perdas que já haviam ocorrido nos arquivos de Santa Catarina:

Eis aí uma lição dolorosa que nos deve trazer proveito, incitando-nos a salvar dos arquivos, por meio da impressão, documentos preciosos, já carcomidos pelas traças e quase inutilizados pela umidade, e que, mais dia menos dia, se perderão sem remédio. (FONTES, 1913, p. 117)

Nisso o IHGSC demonstrava sua proximidade em relação a entidades congêneres, a começar da entidade-matriz, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).¹⁵

Nos inícios republicanos, o zelo pelos arquivos tinha intuito profundamente pragmático, tendo em vista, em Santa Catarina, as tensões geradas por disputas territoriais

¹⁴ O livro teve supervisão editorial de Walter F. Piazza. Lucas Boiteux provavelmente o escreveu no final da década de 1930: a “Simple explicação” do autor (p. 21), texto do qual foi extraída a citação anterior, é datada de 23 de outubro de 1940 e, na primeira parte do livro, pode-se ler o comentário de Lucas Boiteux sobre os “dias que fluem, tão sombrios e ingratos” (p. 23), provável alusão à Segunda Guerra Mundial.

¹⁵ Em uma perspectiva de média duração, pode-se compreender que as atitudes em relação aos documentos de arquivo cimentaram a participação direta de membros do IHGSC, na década de 1980, na proposição (com aprovação) de uma legislação estadual voltada para os arquivos públicos de Santa Catarina, bem como a organização de um sistema estadual de arquivos. Saliente-se, nesse caso, o protagonismo de Walter F. Piazza. Nessa legislação e no sistema de arquivos, os conjuntos arquivísticos não foram tratados apenas como repositórios de fontes para a pesquisa histórica, mas como suporte à ação governamental, além de veículos de informações de interesse para os cidadãos e provas de direitos. A esse respeito, ver GONÇALVES (2006, p. 158-161).

com os estados vizinhos. Já em 1896, mesmo ano da fundação oficial do IHGSC, seu secretário, José Artur Boiteux, informara, em cartas, sobre uma viagem para Lisboa destinada à missão de levantar documentos relacionados à questão de limites com o Paraná (EXPEDIENTE, 1902, p. 92-94). Na década de 1910, o tema dos limites territoriais de Santa Catarina seria referido reiteradamente na revista da entidade, ressaltando-se que, na garantia da integridade do território catarinense, os documentos de arquivo forneciam o fundamento dos direitos. Lucas Alexandre Boiteux, ao tratar da questão de limites entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, afirmou:

Por felicidade os nossos arquivos ainda guardam, embora maltratados pelo tempo, os documentos indispensáveis para a prova cabal do nosso direito. Corramos, pois, aos arquivos e, armados dos elementos indispensáveis, façamos face à desmedida pretensão do Estado gaúcho. [...] o nosso direito, escudado em documentos autênticos de mór valia, é histórico, honesto e incontestável (BOITEUX, 1918c, p. 78-79 e 88, grifos meus).

Tratava-se, por consequência, de uma perspectiva na qual a prática historiadora não pressupunha um passado drasticamente isolado do presente ou apenas destinado a fornecer exemplos inspiradores para o momento vivido. Se é certo que o viés da *historia magistra vitae* transparecia em vários dos debates, projetos e produções dos membros do IHGSC –, pois estavam fortemente comprometidos com o ideário republicano e com a educação dos cidadãos, a partir dos bons exemplos oferecidos pela História –, a percepção do valor probatório dos documentos de arquivo era uma faceta importante do engajamento cívico-patriótico dos historiadores do Instituto, que os comprometia na resolução de problemas e na transformação do presente, em prol daquilo que consideravam “interesses catarinenses”¹⁶.

Eis os nexos fundamentais estabelecidos pelo IHGSC entre a pesquisa histórica e o trabalho com os documentos arquivísticos, entre a percepção do fato preciso e o achado do “documento precioso”. Não por acaso, nos trabalhos de Lucas Boiteux também aparece como um dos duplos do escavador, tal como anteriormente referido, a figura do garimpeiro, esse caçador de pedras e metais raros. Para além dos textos publicados já mencionados, a imagem do pesquisador da História como alguém que garimpa, que explora o terreno em

¹⁶ Na Primeira República, sócios do IHGSC – como, além de Lucas Boiteux, José Artur Boiteux e Vieira Rosa – se dedicaram intensamente à defesa do que entendiam como as verdadeiras fronteiras de Santa Catarina, face às contestações dos estados vizinhos. Tais preocupações cívico-patrióticas puderam ser efetivadas em ações governamentais, dada a grande proximidade do Instituto e de seus sócios em relação à máquina estatal, algo que foi igualmente comum às instituições congêneres, a começar do IHGB. Manoel Luiz Salgado Guimarães (2011, p. 74), ao comentar um relatório do ministro do Império Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque, de 1838 (mesmo ano de criação do IHGB), destacou que, naquele documento oficial, apontava-se “como valor da história seu significado pragmático para a vida política do país, o que estava presente tanto na concepção de história do instituto como na de Varnhagen”.

profundidade, que “cata”, ainda pode ser encontrada em seu discurso de posse como acadêmico, ao ingressar em outra entidade de peso no contexto político-cultural catarinense – a Academia Catarinense de Letras, na qual transitavam, aliás, muitos sócios do IHGSC:

[...] cabe ao pequeno grupo de interessados pelo passado catarinense o dever religioso e inadiável de *catar* (seguindo mesmo as pegadas do patrono desta cadeira e seus escassos continuadores), com paciência beneditina, enquanto ainda é tempo, *os parques sobejos dos esfarelados e puídos documentos* até agora extremes de interpelações astuciosas e intencionais, *adormecidos nos arquivos públicos e particulares* e, com eles, ir completando reconhecidas falhas e lacunas.” (BOITEUX, s/d, p.10-11, grifos meus)¹⁷.

O comentário é bastante elucidativo acerca da visão de Lucas Boiteux sobre a construção do conhecimento histórico em relação ao estado de Santa Catarina, naquele momento: a dedicação àquela tarefa como *dever* de consulta aos arquivos (“religioso e inadiável!”); a certeza de ser essa uma *tarefa árdua*, a ser feita com afinco e extrema (“beneditina”) paciência, quanto mais se considerada a rarefação de vestígios substanciais (sendo necessário ir à cata desses “parcos sobejos”) e levado em conta o estado de conservação dos materiais a compulsar (“esfarelados e puídos”), o que tornava *urgente* a realização do trabalho (cumpri-lo “enquanto ainda é tempo”). Uma tarefa, enfim, *coletiva*, que caberia “ao pequeno grupo de interessados pelo passado catarinense”, de modo a gradativamente completar “reconhecidas falhas e lacunas”.

A posse de Lucas Boiteux na Academia era o reconhecimento dos esforços nesse sentido feitos por ele, até então, por meio de livros como as *Notas para a história catarinense* e a *Pequena história catarinense*, ou dos textos veiculados na revista do IHGSC e em publicações periódicas diversas. Mas, em seus próprios textos, em especial naqueles livros de caráter panorâmico, identificava insuficiências:

Reconheço perfeitamente que o trabalho, que ora apresento, é *fraco e falho em muitos pontos, sofre algo de falta de método e de unidade, lacunas sensíveis* que uma crítica benévola perdoará, sabendo que *esta modesta coletânea de notícias e apontamentos* sobre a fecunda e pródiga terra catarinense representa, sincera e honestamente, o *grande desejo em ser de algum modo útil à terra natal*. (BOITEUX, 1912, p. V-VI, grifos meus).

Para além de um exercício retórico de falsa modéstia, a alusão a falhas e inconsistências talvez deva ser interpretada como uma percepção objetiva da dimensão e dos desafios da tarefa assumida – a escrita da história de Santa Catarina, de maneira a compor um quadro o mais completo possível. Inevitável lembrar, quanto a isso, do combate de Lucien

¹⁷ Lucas Boiteux assumiu, na Academia, a cadeira de Manoel Joaquim de Almeida Coelho; conforme informações disponíveis em Corrêa (1996, p. 42), a posse provavelmente ocorreu em 1921.

Febvre contra os adeptos do que denominou “história historizante”, sintetizado em resenha que o historiador francês escreveu, em 1947, para livro de Louis Halphen. Um trecho daquela resenha é particularmente pertinente:

Sempre a mesma ideia; *os fatos, pequenos cubos de mosaico*, bem distintos, bem homogêneos, bem polidos. Um tremor de terra deslocou o mosaico; *os cubos afundaram-se no solo; retiremo-los e, principalmente, procuremos não esquecer nenhum*. Devemos recolher todos. Sem escolha [...] *Isso diziam nossos mestres* [...] (FEBVRE, 1992, p. 106, grifos meus).

Lucas Boiteux e, *grosso modo*, os demais historiadores do IHGSC, na Primeira República, se afinavam com essa perspectiva “historizante”, valorizadora da coleta documental e segura de que eventuais divergências seriam resolvidas com mais pesquisas ou leituras mais acuradas dos documentos consultados. Escavar, garimpar, coligir... até alcançar a completude do quadro pretendido. Nesse sentido, há um paralelo entre a recolha dos documentos e a dos “fatos”.

Mas por que, afinal, se dedicar a algo que exigia tão grande esforço? As justificativas encontraram, em Lucas Boiteux, poucas variações: a saudade de seu “estremecido torrão” natal, o desejo de ser útil à terra querida, o afeto cívico pela pequena pátria catarinense. Convém examinar a questão mais detidamente.

História Pátria: Um Lugar para Santa Catarina

Nos primeiros tempos do IHGSC, em especial nos discursos e textos de sócios que foram publicados na revista da entidade, observa-se uma profusão de afirmações de caráter patriótico, num jogo contínuo de espelhamentos entre a “grande pátria” (o Brasil) e a “pequena pátria” (Santa Catarina). Em discurso proferido em 22 de maio de 1902, o sócio efetivo Alfredo da Costa e Albuquerque declarou:

Fundado, como se acha o Instituto Histórico e Geográfico de nosso Estado, seja ele *o centro para onde gravitem todas as energias morais, todas as dedicações patrióticas* [...] Saudando, pois, aos ilustres fundadores de tão benemérita associação, como é o Instituto Histórico e Geográfico, faço sinceros votos para que tenha ela uma longa existência, realizando o fim de sua criação, que outro não é senão *trabalhar e lutar pelo progresso e engrandecimento de nossa estremecida pátria*. (ALBUQUERQUE, 1902, p. 47, grifos meus).

Pouco tempo antes, Joaquim Tiago da Fonseca, por ocasião do 11^o aniversário da Constituição Federal, em 24 de fevereiro de 1902, destacara, também em discurso, dificuldades com que tiveram de lidar os fundadores do IHGSC – “a tradicional apatia dos nossos concidadãos, a indiferença de muitos e o riso escarminho e alvar de alguns” –,

superadas, talvez, por terem divisado, “através do nevoeiro espesso do indiferentismo público”, a “estrela bendita” do amor votado à Pátria:

[...] hoje, mais do que nunca, estamos aparelhados para tornar o Instituto Histórico uma fonte poderosa e fecunda de energias, que *elaborarão o progresso mental deste futuroso Estado – da bela e generosa terra catarinense*. (FONSECA, 1902, p. 11, grifos meus).

Novamente em comemoração ao aniversário da Constituição republicana, discurso de Joaquim David Ferreira Lima, em 1913, indicava estarem entre as funções do IHGSC “não só a pesquisa e o colecionamento dos dados históricos e geográficos do Estado, como a de incitar e desenvolver por todos os meios a educação cívica, o respeito e o amor à Pátria”, inclusive de modo a comemorar solenemente as grandes datas nacionais: “Sim, meus senhores, é preciso isto! Pois é um crime de leso-civismo, de leso-patriotismo, deixar-se correr no indiferentismo e no olvido as datas gloriosas da História!” (LIMA, 1913, p. 104).

No ano anterior, a perspectiva patriótica fora claramente anunciada por Lucas Boiteux, em suas *Notas para a história catarinense*. Observe-se a primeira dedicatória:

Ao Estado de Santa Catarina, *meu berço natal* – Longe de ti, *terra querida*, eu precisava respirar uma atmosfera toda tua. E foi procurando conhecer o teu desenvolvimento histórico, que eu vivi em ti e *matei as minhas saudades*. (BOITEUX, 1912, p. I, grifos meus).

A escrita da História era, assim, indicada como instrumento de apaziguamento da saudade provocada pela distância da terra em que nascera. Eis um ponto relevante: a pequena pátria supõe, antes de tudo, o vínculo identitário com a terra em que se nasce, com seu povo, suas tradições, sua história. Decorrente desse pertencimento como marca de nascença, o amor pela pequena pátria é próprio, portanto, do nativo (o que em parte ajuda a compreender, nesse tipo de discurso, as preocupações constantes com os elementos “alienígenas”, no território) e se enraíza em sua ascendência.

A pesquisadora Anne-Marie Thiesse apontou que, na França, a circulação da noção de “pequena pátria” se deu durante a Terceira República, no bojo de um projeto pedagógico amplo:

Encarregados de conceber um ensino patriótico, os pedagogos da Terceira República consideraram rapidamente que a noção de pátria era muito abstrata para os filhos do povo. Eles valorizaram, então, a noção de “pequena pátria”, equivalente do vocábulo alemão *Heimat*. [...] A educação ao nacional foi então apoiada sobre a descoberta do regional. (THIESSE, 2009, p. 16).

E, como complementou Thiesse (2009, p. 19), o “ensino regional” deveria ser simultaneamente “uma educação intelectual, estética e afetiva”.

Cabe ressaltar que, a partir da década de 1910, em Santa Catarina, as escolas passaram a lidar com mudanças introduzidas pela reforma da Instrução Pública, promovida no governo de Vidal Ramos e coordenada pelo professor Orestes Guimarães. Como indicaram Cristiani Bereta da Silva e Ernesta Zamboni, tal reforma marcou “uma série de transformações importantes não apenas no ensino, mas também na produção e circulação de uma história dita catarinense” (SILVA; ZAMBONI, 2013, p. 137).

Os programas de ensino dos anos 1910 chegaram a prescrever, para os três primeiros anos do grupo escolar, a discussão de conteúdos que partissem da história local (SILVA; ZAMBONI, 2013, p. 149-150). Embora os conteúdos compreendidos como mais estritamente vinculados a uma história “nacional” preponderassem sobre a história considerada local ou regional, a forma como deveriam ser organizados assinalava que “a pequena pátria catarinense era o caminho para se educar para a grande pátria” (SILVA; ZAMBONI, 2013, p. 151).

A *Pequena História Catarinense* viria a ser um dos materiais de referência utilizados nesse processo de consolidação da reforma educacional: por decreto do governador, o trabalho foi adotado para uso na Escola Normal Catarinense. Orestes Guimarães recomendou, inclusive, seu uso mais ampliado¹⁸.

Tanto na *Pequena história...*, de 1920, como nas *Notas para a história catarinense*, de 1912, Lucas Boiteux não apenas expressou seu amor pela pequena pátria catarinense como buscou disseminá-lo. A esse respeito, as epígrafes, tal como citações destacadas em prefácio, oferecem elementos de interesse para reflexão.

No livro *Notas para a História Catarinense*, que contém apenas três epígrafes, duas são do historiador francês Fustel de Coulanges¹⁹. A primeira antecede o capítulo referente ao século XVI, “Da Descoberta à Conquista”: “O verdadeiro patriotismo não é somente o amor à

¹⁸ Na própria edição de 1920 transcreve-se parecer de Orestes Barbosa, datado de 25 de setembro de 1918. Eis um trecho: “Há tempos, li, com a mais escrupulosa atenção, esse trabalho, cujo assunto, método expositivo e concatenação, a meu ver, constituem sérios motivos para que me lembre de pedir a V.Exa. [o Secretário Geral de Instrução Pública] a aprovação e adoção da aludida História [*Pequena História Catarinense*] para uso dos alunos dos quartos anos dos Grupos Escolares, das Escolas Complementares e da Escola Normal, nesta de acordo com o regulamento em vigor” (FUSTEL apud BOITEUX, 1920, s/n).

¹⁹ Numa-Denys Fustel de Coulanges (1830-1889), historiador francês, é conhecido principalmente por seu livro *A cidade antiga*, apesar de seus numerosos estudos sobre a história da França. Conforme destacou François Hartog (2003, p. 178), Fustel de Coulanges, sobretudo entre 1870-1872, “concebe uma história nacional em que, ao universalismo de uma França guia dos povos, sucede o particularismo e a concentração em si, com a definição do patriotismo como amor à terra, e antes de tudo ao passado (e a *todo* o passado) da França; em que a necessidade da *homónoia*, do consenso, se acha historiograficamente demonstrada, porquanto a história das origens não legitima nenhuma guerra civil; em que se acha historicamente esclarecida e argumentada a conclusão, amplamente compartilhada no mesmo momento, sobre a necessidade de a França se prover de uma nova aristocracia”.

terra, mas o amor ao passado, o respeito pelas gerações que nos precederam”. A segunda antecede o capítulo relativo ao século XVII, “Do Desbravamento dos Sertões e do Povoamento”: “O melhor historiador é aquele que se avizinha mais dos textos, que os interpreta com mais retidão, só pensa influenciado por eles” (FUSTEL apud BOITEUX, 1912, s/n).

Com a autoridade de Fustel de Coulanges, o patriotismo é articulado ao amor à terra, ao amor ao passado, à dedicação ao estudo da história (percebida como estudo do passado) e ao estudo efetuado por meio da interpretação fundamentada nos documentos (com ênfase nos documentos escritos): eis o motor e a moldura do livro, eis a receita da narrativa histórica de Lucas Boiteux e, em linhas gerais, dos demais historiadores do IHGSC, na Primeira República, com ressonâncias em períodos posteriores.

Já na *Pequena História Catarinense*, não é mais Fustel de Coulanges a autoridade invocada para articular história e patriotismo, mas Émile Faguet²⁰: no prefácio, Lucas Boiteux lança mão de duas citações do escritor francês, destacadas em sequência: “O amor da pequena Pátria é a própria essência do patriotismo, porque a pequena Pátria é a que amamos instintivamente e que não precisa de ser admirável para ser admirada nem de ser amável para ser amada”; “Pode o historiador não ser um patriota, mas, em que lhe pese, será um semeador de patriotas” (FUSTEL apud BOITEUX, 1920). A ressoar o título do livro, bem como suas singelas dimensões, Lucas Boiteux selecionou citações que remetem a algo pequeno (a pequena pátria), mas nem por isso menos devedor de admiração. O autor catarinense assumiu, no mesmo prefácio, datado de 2 de maio de 1919, a intenção da semeadura do patriotismo: “Foi assim pensando que me animei a escrever o presente livrinho. Que a sagrada semente, que procuro difundir, caia em campo feraz, é o meu maior anelo” (BOITEUX, 1920, s/n).

Como os institutos históricos e geográficos de outras unidades da federação, o IHGSC procurou realizar um recorte regional na unidade maior da Nação, instituindo um papel para Santa Catarina no interior da história e da geografia nacionais – inventariando e estabelecendo, portanto, especificidades locais e regionais que assinalariam suas diferenças, sem que elas impedissem, contudo, a integração catarinense no tecido da pátria brasileira.

Lilia Schwarcz analisou iniciativas similares em Pernambuco e São Paulo, considerando a trajetória dos respectivos institutos até os anos 1930. Como salientou a autora, o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, fundado em 1862, procurou valorizar,

²⁰ Auguste Émile Faguet (1847-1916) foi membro da Academia Francesa, para a qual foi eleito em 1900. Publicou diversos trabalhos de crítica literária (FAGUET, 2017).

em seus estudos de caráter histórico, sobretudo o período colonial, representando Pernambuco como baluarte da defesa da nacionalidade, de sua autonomia, tendo em vista principalmente a luta contra o domínio holandês, bem como o movimento revolucionário de 1817.

Já o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, criado em novembro de 1894, tratou de “buscar no passado fatos e vultos da história do estado que fossem representativos para constituir uma historiografia marcadamente paulista, mas que desse conta do país como um todo”, o que foi possível principalmente por meio da relevância atribuída, a partir de então, ao bandeirismo (SCHWARCZ, 1995, p. 123-127). Tratava-se de identificar e selecionar, no passado, momentos decisivos das participações regionais no forjar da nacionalidade. Haveria um lugar especial para Santa Catarina na construção nacional? Responder afirmativamente a isso era o desafio que se apresentava aos membros do IHGSC.

Tomando ainda uma vez, como referência, a produção veiculada pela revista do Instituto, é possível perceber que, em meio aos debates em torno da defesa dos limites territoriais do Estado, anteriormente referidos, valorizaram-se as figuras mais diretamente responsáveis por estabelecê-los, remetendo ao período colonial: os primeiros povoadores, os primeiros administradores da capitania. Ao mesmo tempo, indicou-se a contribuição da “pequena pátria” para a defesa da “grande pátria”, o que seria visível, por exemplo, na participação catarinense na Guerra contra o Paraguai: os materiais contidos na revista do Instituto no período da Primeira Guerra Mundial incluíram, em 1913 e 1914, as cartas que o combatente Fernando Machado de Souza escreveu para a esposa e, em 1916, artigo de Laércio Caldeira sobre os Voluntários da Pátria; em 1917, deu-se destaque para a estátua de Fernando Machado de Souza, então recentemente inaugurada. Ressalte-se que, ao ser publicada novamente, na década de 1940, após uma interrupção de cerca de vinte anos, a revista do IHGSC dedicou vários textos àquele conflito (GONÇALVES, 2006, p. 80-81).

A Guerra do Paraguai é tema de um dos 28 breves capítulos que compõem a *Pequena história catarinense*. O livro organiza seu conteúdo em rigorosa ordem cronológica linear, com unidades definidas pelo século, partindo de 1492 e chegando a 1920; portanto, incorporando tanto quanto possível o momento vivido pelo autor e por seus leitores. Em 131 páginas, a história de Santa Catarina de Lucas Boiteux era predominantemente “passado”, mas o presente dos governos republicanos, embora timidamente integrado, nas três páginas finais, surgia inequivocamente valorizado, contemplado no “Quinto século: Do Progresso (1900-1920)”. A estrutura dos capítulos permite vislumbrar três eixos fundamentais, transversais à divisão em “séculos”:

- a) A definição do território catarinense e as disputas a ele relacionadas (“O descobrimento”, “A terra catarinense”; “Primeiros reconhecimentos”; “O litoral – primeiras penetrações”; “A Capitania de S. Paulo”; “Os surtos para o sertão”; “A invasão espanhola”);
- b) O povoamento e o perfil dos ocupantes da terra (“Os aborígenes”, capítulo reservado ao “Primeiro século”; “Portugueses e castelhanos”; “Colonização açorita e madeirense”; “Colonização estrangeira”);
- c) O governo do território e das gentes (“Governo geral – a catequese”; “Fundação de S. Francisco”, “Desterro e Laguna”; “Capitania subalterna”; “Novas freguesias – Lages”; “Novas administrações”; “Derradeiros governos coloniais”; “Os primeiros presidentes”; “Assembleia Provincial – novas administrações”; “A República Juliana”; “Novas gestões – campanha abolicionista”; “O regime republicano”; “Revolução federalista”; “Domínio da legalidade”; “Administrações republicanas”).

Dois capítulos escapam a esses eixos: “A vida catarinense”, inserido no século XVIII, e “A Guerra do Paraguai” (este último, a rigor, o único que não aborda propriamente um acontecimento preso às fronteiras catarinenses)²¹.

Observa-se que os capítulos mais claramente dedicados à definição do território e de seus limites avançam até o último quartel do século XVIII (invasão espanhola da Ilha de Santa Catarina), como se os episódios posteriores – um deles bastante vívido e relativamente recente, quando da publicação do livro – a Guerra do Contestado – não fossem tão decisivos para a conformação territorial de Santa Catarina. O tratamento do povoamento deixa entrever os povos originários como um tema a ser efetivamente tratado com destaque apenas em decorrência do contato europeu. A vinda de grandes contingentes populacionais, emigrados, nos séculos XVIII e XIX, sob a rubrica de “colonização”, sugere acomodação a uma situação populacional já bem definida.

Note-se, na lógica dos capítulos, a ausência de um especificamente destinado aos africanos e seus descendentes, embora possam ser entrevistados, indiretamente, no capítulo que trata da campanha abolicionista; portanto, fica sugerida a sua percepção não em termos de grupos étnicos, mas como mão de obra, diferentemente dos demais grupos. As tensões e os conflitos são em geral subentendidos, exceção feita aos espanhóis invasores, no século XVIII.

No sumário da *Pequena história catarinense*, embora a sucessão temática dos capítulos apresente-se relativamente neutra, pode-se constatar o elogio da República. A leitura do livro o confirma, não somente com a efetivação do regime republicano. Vejam-se, por exemplo, as considerações de Lucas Boiteux sobre a “ideia republicana” em Santa Catarina:

²¹ Mesmo movimentos políticos como a chamada Revolução Farroupilha/Guerra dos Farrapos e a Revolução Federalista foram pensados fundamentalmente a partir de episódios no território catarinense (no caso do movimento dos Farrapos, o capítulo se refere especificamente à “República Juliana”).

A ideia republicana não era nova entre nós, e avivou-se sobremodo ao fazermos a independência.

Desde 1831, catarinenses de valor, sob a capa de liberais exaltados, sonhavam com a forma republicana para o governo de nossa pátria. A monarquia, diziam, era uma planta exótica no continente americano. Com a revolução dos Farrapos, o pensamento entre nós tomou vulto e criou milhares de adeptos, principalmente ao sul da província. A vitória do Governo imperial veio, apenas, abafar as cinzas que cobriam o brasido inextinguível.

Em 1870, o manifesto lançado por um pugilo de sonhadores foi a rajada que, dispersando as cinzas, fez levantar a primeira faúlha adormecida. [...]” (BOITEUX, 1920, p. 120, grifos meus).

No desenrolar da narrativa histórica construída por Lucas Boiteux, deu-se o desdobramento republicano das relações entre a pequena e a grande pátria: ambas foram positivamente integradas no momento por ele vivido, sob o manto das ideias de República e dos sonhados, e enfim concretizados, governos republicanos, com os quais, afinal, tanto Lucas Boiteux como o próprio IHGSC estiveram fortemente identificados.

Conclusão

Tendo como principais referências alguns dos escritos de Lucas Alexandre Boiteux, neste artigo procurei demonstrar que a imagem da investigação histórica como um dedicado escavar – imagem por sua vez desdobrada nas ações de exumar, cavoucar, garimpar – é uma chave relevante para a compreensão da atividade historiadora dos integrantes do IHGSC, durante a Primeira República. A pesquisa histórica foi representada como operosa atividade de busca, consulta e estudo de documentos de arquivo, principalmente aqueles gerados pelos governos, em suas várias esferas; por meio dessa atividade poderiam ser efetuadas a descoberta e a disponibilização de algo que, com o correr do tempo, ficara disperso, oculto e supostamente perdido.

Em termos práticos, os arquivos eram o solo a escavar e os documentos encontrados, os resultados imediatos da escavação. O valor dos documentos, para além de seu potencial para dignificar e difundir os feitos da história catarinense – e desta maneira contribuir para a formação dos cidadãos –, residia também em seu caráter probatório: seus efeitos jurídicos poderiam ser decisivos em um tempo de acirradas disputas territoriais entre Santa Catarina e os estados vizinhos. Tudo isso conferia à pesquisa histórica uma perspectiva pragmática, ao mesmo tempo em que acentuava o sentido cívico-patriótico de sua realização.

Compreende-se, assim, que a dedicação à pesquisa histórica apareça fortemente ligada à preocupação com a preservação dos arquivos, presente nos escritos de Lucas Alexandre Boiteux e espraiada entre integrantes do IHGSC. No caso de Lucas Boiteux, tal preocupação se articulou à divulgação do conteúdo desses documentos para pessoas muito

diretamente interessadas (como os sócios do IHGSC) e à sua difusão para um público amplo, sobretudo escolar, de modo a compartilhar o conhecimento da história de Santa Catarina e multiplicar, tanto quanto possível, o número de agentes a serviço do engrandecimento da pequena pátria catarinense.

Referências

ALBUQUERQUE, Alfredo da Costa e. Discurso do socio effectivo sr. Alfredo da Costa e Albuquerque, lido na sessão de 22 de maio de 1902. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina, Florianópolis*, v. 1, n. 2, p. 44-47, 1902.

ARAÚJO, Rodrigo. Deambulações de Walter Benjamin: entre as Imagens do Pensamento e o Haxixe. *Redobra*, Salvador, n. 14, p. 247-251, 2014.

AULETE, F. J. Caldas. *Diccionario contemporaneo da lingua portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/26034>>. Acesso em: 11 abr. 2017.

BEIVIDAS, Waldir. O sonho de Freud: semiótica do discurso onírico. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 137-162, 2004.

BENJAMIN, Walter. Escavando e recordando [excerto de “Imagens do pensamento”]. In: _____. *Rua de mão única - Obras escolhidas*, v.2. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 239-240.

BIBLIOGRAFIA. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, Florianópolis, p. 114, 1918.

BOITEUX, Lucas Alexandre. A Ponte do Vinagre. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, Florianópolis, p. 76, 1919.

_____. *A província de Santa Catarina nas guerras do Uruguai e do Paraguai: notas e apontamentos*. [Florianópolis]: [Ed. da UFSC], [1972].

_____. Comentários à História Catarineta. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, Florianópolis, p. 327, 1918a (3º. trim.).

_____. Comentários à História Catarineta. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, Florianópolis, p. 431, 1918b (4º. trim.).

_____. Discurso de posse do acadêmico Lucas Alexandre Boiteux. Sem indicação de local, sem data. Cópia carbono de original datilografado. *Arquivo da Academia Catarinense de Letras*, Dossiê Lucas Alexandre Boiteux.

_____. João Dias de Solís - escorço histórico. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, Florianópolis, p. 51, 1915.

_____. Limites com o Rio Grande. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, Florianópolis, p. 78-88, 1918c (1º. trim.).

_____. *Notas para a historia catharinense*. Florianópolis: Typ. a vapor da Livraria Moderna, [1912].

_____. *Pequena historia catharinense (adoptada oficialmente)*. Florianópolis: Oficinas a elect. da “Imprensa Official”, 1920.

BOITEUX, Nylson R. Dados biográficos do Almirante Lucas Alexandre Boiteux (1880-1966). In: BOITEUX, L. A. *Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina*. 2. ed. Caxias do Sul (RS): EDUCS, 1998. p. 79-81.

CORRÊA, Carlos Humberto P. *Lições de política e cultura: a Academia Catarinense de Letras, sua criação e relações com o poder*. Florianópolis: Edições ACL, 1996.

EXPEDIENTE do Instituto. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, Florianópolis, p. 92-94, 1902.

FAGUET. Sítio eletrônico da Académie Française. Disponível em: <<http://www.academie-francaise.fr/les-immortels/emile-faguet>>. Acesso em 8 mar. 2017.

FEBVRE, Lucien. Febvre contra a história historizante (1947). In: _____. *História*. São Paulo: Ática, 1992. p. 103-107. (Grandes cientistas sociais, 2)

FERREIRA, Iara F. R. *Três metáforas de Freud na descoberta do inconsciente*. Brasília, 2010. 138 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade de Brasília.

FONSECA, Joaquim Thiago. Discurso proferido em 24 de fevereiro de 1902. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina, Florianópolis*, v.1, n.2, p. 10-11, 1902.

FONTES, Henrique da Silva. A criação da paróquia do Desterro. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, Florianópolis, p. 117, 1920.

_____. Discurso proferido pelo sr. Henrique da Silva Fontes na sessão comemorativa do 187º aniversário da criação da vila de N^a. S^a. do Desterro, sessão realizada a 26 de março de 1913. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, Florianópolis, p. 115-117, 1913 (1º.-2º.trim).

GONÇALVES, Janice. *Sombrios umbrais a transpor: arquivos e historiografia em Santa Catarina no século XX*. São Paulo, 2006. 444 p. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Historiografia e nação no Brasil – 1838-1857*. Rio de Janeiro: EDUERJ, ANPUH, 2011.

HARTOG, François. *O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. Catarinenses ilustres. In: JAMUNDÁ, Theobaldo Costa et al. *História de Santa Catarina*. Curitiba: Grafipar, 1970. v.2.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre História*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2014.

_____. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Paidós, 2001. (Pensamiento contemporáneo, 66).

LIMA, Joaquim David Ferreira. Discurso inaugural proferido pelo snr. dr. Joaquim David Ferreira Lima, na sessão solenne de 24 de fevereiro de 1913. *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, Florianópolis, p. 101-104, 1913 (1º.-2º. trim).

PIAZZA, Walter F. Dois historiadores catarinenses: Afonso d'E. Taunay e Lucas A. Boiteux. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, n. 6, p. 74-84, 1985.

_____. Historiografia de Santa Catarina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, n. 3, p. 57-75, 1981.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/>>. Acesso em 11 abr. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. 1a. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Antonio Moraes e. *Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro - tomo primeiro, A-K*. Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/>>. Acesso em 11 abr. 2017.

SILVA, Cristiani Bereta da; ZAMBONI, Ernesta. Cultura politica e políticas para o ensino de história em Santa Catarina no início do século XX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, n. 65, p. 135-159, 2013.

THIESSE, Anne-Marie. Ensinar a nação pela região: o exemplo da Terceira República francesa. *Educação*, Santa Maria, v. 34, n. 1, p. 13-27, 2009.